



Prestação de contas de cidade pequena pode ficar mais fácil

Jonas Pereira/Agência Senado



Em sessão presidida por Eunício Oliveira (C), foi aprovada medida que desburocratiza administração de pequenas cidades

Plenário decidiu por unanimidade reduzir a burocracia para municípios com menos de 15 mil habitantes aprovando proposta que institui o Simples Municipal

A proposta de Antonio Anastasia, relatada por Romero Jucá, visa facilitar a rotina dos pequenos municípios, auxiliando-os a prestar contas no prazo legal. A iniciativa evita que recursos destinados a eles por convênios sejam retidos por estados e União em razão da demora em entregar a documentação.

Segundo os senadores, a proposta ainda permite a adoção de regras mais simples para a celebração de convênios e a transferências de créditos de União e estados. Eles garantem

ainda que a medida vem ao encontro dos interesses dos pequenos municípios, sem prejudicar o cumprimento das normas de responsabilidade fiscal.

A expectativa é de que a medida simplifique o funcionamento de mais de 60% dos municípios brasileiros com até 15 mil habitantes.

A PEC ainda precisa ser aprovada pela Câmara. Depois disso, a prestação de contas dos pequenos municípios deverá ser regulamentada pelos parlamentares por meio de projeto de lei complementar. **3**

Eunício: MP que desrespeitar prazo será devolvida **3**

Debatedores pedem atuação da União em segurança **4**

Verba para defesa agropecuária deve ter novas regras **6**

Debate: venda da Eletrobras encarece conta de luz **7**

Bolsista gestante pode ter benefício prorrogado **8**

Município pobre deve ter verba dobrada para merenda escolar

Projeto aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte determina que escolas em municípios onde há extrema pobreza recebam o dobro em valores per capita de merenda escolar para cada etapa e modalidade de ensino.

Na opinião do autor, Roberto Rocha, ainda há registros de desnutrição em áreas rurais e cidades pobres, onde a principal motivação para a criança frequentar as aulas é justamente a chance de se alimentar melhor. **8**



Lúcia Vânia (D) preside a Comissão de Educação, que aprovou a proposta



Jonas Pereira/Agência Senado

Bandeira de Mello, em Plenário, durante sessão que confirmou seu nome

Bandeira é escolhido para o conselho do Ministério Público

Foi aprovado ontem, em Plenário, o nome de Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público na vaga destinada

ao Senado. A indicação foi iniciativa de algumas lideranças partidárias. Consultor legislativo do Senado desde 2004, Bandeira é o atual secretário-geral da Mesa. **3**

Remoção de servidores de cartórios segue para sanção

Vai à sanção presidencial projeto que permite legalizar a situação de servidores concursados de cartório que mudaram de unidade entre 1988 e 1994, antes da vigência da Lei dos Cartórios. O texto foi aprovado ontem pelo Plenário. **3**

Cobertura móvel em estradas pode passar a ser obrigatória

O Senado aprovou ontem projeto que obriga as operadoras a garantir, em até cinco anos, sinal de celular nas rodovias federais e estaduais. Pelo texto, que vai à Câmara, a determinação vale apenas para as novas outorgas. **5**

Comissão aprova verba para cadastro previdenciário

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem projeto que destina R\$ 233 milhões para o INSS e para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A maior parte, R\$ 177 milhões, vai para processamento de dados de benefícios previdenciários e para gestão de cadastros da Previdência. O restante será usado para manter e desenvolver sistemas para pagamento do seguro-desemprego do FAT. **7**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senador Dário Berger (2º à esq.), presidente da comissão, durante reunião

Marcos Brandão/Senado Federal



Presidente do Senado, Eunício Oliveira, faz apelo ao presidente da Câmara para que vote a PEC com urgência

Eunício pede que Câmara aprove fim das coligações

Proposta, que integra a reforma política, foi aprovada há um ano pelo Senado, mas está parada na Câmara. Além de acabar com coligações, a PEC impõe aos partidos políticos cláusula de barreira

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, fez ontem um apelo para que a Câmara dos Deputados aprove rapidamente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 282/2016, já analisada pelos senadores. A proposta, um dos itens da reforma política em pauta naquela Casa, prevê o fim das coligações partidárias e a imposição de uma cláusula de barreira aos partidos.

Eunício se encontrou com o presidente da República em exercício e presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pedindo celeridade na análise da proposta e lembrou que o Senado já fez o “dever de casa” há mais de um ano, quando enviou o texto aos deputados.

— Se aprovarmos na Câmara aquilo que já aprovamos aqui no Senado, e foi esse o apelo que fui fazer a Rodrigo, vai dar tempo, sim [até um ano antes das eleições de 2018], de fazemos uma reforma política mínima, mas essencial — declarou.

O presidente prometeu convocar sessões ordinárias, extraordinárias e até mesmo mais de uma por dia para analisar rapidamente as proposições da reforma política que a Câmara enviar ao Senado. Ele declarou que o pensamento dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de alguns membros no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) está alinhado com o posicionamento

dado pelos senadores de “extinguir a farra partidária através das coligações” que se encerram antes mesmo dos novos políticos eleitos tomarem posse.

— A coligação deveria pelo menos valer para os quatro anos efetivos do mandato, mas nem para isso ela serve. Então, tem que ser extinta, e eu acho que isso ajuda muito à moralização da vida pública nacional — avaliou.

Também ontem, Eunício criou uma comissão de senadores para definir o texto de proposta alternativa de financiamento para as eleições do próximo ano, que deve ser levado ao Plenário hoje (*leia mais na página 3*).



Jefferson Ruy/Ag. Senado

Telmário alerta para ameaça do general Mourão

Telmário Mota (PTB-RR) afirmou que a fala do General Mourão sobre uma possível intervenção militar no Brasil deve ser vista como um alerta para as instituições que devem zelar pela democracia.

— Que as instituições e autoridades brasileiras voltem a ter a esperança, que passem confiança para o povo. Eu entendo isso como um sinal amarelo. É importante que todo mundo neste momento, Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo, realmente recebam essa mensagem de mudança de comportamento.



Jefferson Ruy/Ag. Senado

Gleisi aponta liderança de Lula em pesquisa

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) comentou pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) que aponta o ex-presidente Lula como líder em todos os cenários para as eleições de 2018.

Gleisi afirmou que Lula só não vencerá as eleições se não puder concorrer, acrescentando que é por isso que os processos contra ele correm mais rápido do que o normal na Justiça.

— Se Lula foi tão ruim para o Brasil, por que ele continua sendo a preferência do povo brasileiro? — disse a senadora.

Medeiros afirma que governos do PT arruinaram país

José Medeiros (Pode-MT) disse que os governos do PT “arrebentaram o país” e repeliu as alegações de que o ex-presidente Lula esteja sendo vítima de perseguição.

Para ele, apesar da recuperação dos indicadores econômicos, a restauração do país levará tempo.

O senador disse que todos os tesoureiros do PT confirmaram desvios de verbas e criticou o “capitalismo de amigos” promovido por Lula e Dilma.

— Essa turma ainda tem coragem de defender a Petrobras, sendo que a arrebentaram. Se a Petrobras fosse uma empresa privada, teria falido. Por que não faliu? Porque está nas nossas costas.



Jefferson Ruy/Ag. Senado

Vanessa destaca críticas ao governo no Rock in Rio

Os protestos e palavras de ordem usadas pelo público do Rock in Rio contra o presidente Michel Temer chamaram a atenção de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela disse ontem que, em todas as manifestações culturais no país, um dos cantos que ecoam têm sido a expressão “Fora, Temer!”.

Para Vanessa, uma parte da população apoiou o impeachment de Dilma Rousseff porque acreditava que a corrupção diminuiria e a crise seria encerrada e, hoje, protesta contra o governo porque nada disso aconteceu.

Congresso registra importância de grupo de comunicação do Norte

O Congresso fez ontem uma sessão solene em homenagem aos 45 anos da Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo e maior grupo de comunicação da Região Norte.

Para o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), o fundador do grupo, Phelippe Daou, que morreu em dezembro, exerceu um papel de liderança no desenvolvimento da infraestrutura em toda a região amazônica.

Para o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a emis-

sora agiu desde a década de 1970 buscando construir uma identidade entre todos os povos da Amazônia.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que a Rede Amazônica inspira os parlamentares da região na defesa de seus interesses no Congresso.

Para o senador Omar Aziz (PSD-AM), que requereu a homenagem, a emissora é querida pelos povos amazônicos porque “fala do que interessa a nós e à nossa cultura”.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Omar, entre Gurgacz e Viana, fala na homenagem à Rede Amazônica

Presidente do Senado apoia derrubar veto à Lei do Audiovisual

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, garantiu ontem a um grupo de cineastas que apoia a derrubada do veto presidencial à Lei do Audiovisual, responsável por prorrogar até 2019 o Re-

cine, programa de incentivo à construção e reforma de salas de cinema. Ele disse acreditar que houve equívoco da área técnica do governo e informou que vai pautar a questão na próxima sessão do Congresso.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do Jornal do Senado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT/CAS/CAE/CI Transporte privado

8h30 Audiência conjunta e interativa para discutir projetos apensados que regulamentam o transporte individual privado de passageiros.

CAS Cuidadores

9h Entre os 14 itens, o PLC 11/2016, que cria e regulamenta a profissão de cuidador. A reunião será logo após a audiência conjunta do item acima.

CDR Estâncias

9h Na pauta de 4 itens, o PLC 147/2015, que estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias.

CPMI DA JBS Plano de trabalho

9h Análise do plano de trabalho e de requerimentos.

CE Base Nacional Comum Curricular

9h30 Audiência interativa com o tema “Base Nacional Comum Curricular: desafios para implementação e o combate às desigualdades educacionais”.

CCJ Sabatina para o CNJ

10h Sabatina de indicados ao Conselho Nacional de Justiça. Depois, pauta de 39 itens.

CDH Brinquedos para deficientes

11h Na pauta de 15 itens, o PLS 382/2011, que obriga cota de brinquedos para criança com deficiência em shopping. Após, análise do plano para avaliar política pública.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O PLS 206/2017, que institui o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, está na pauta.

CAE Crise fiscal

14h30 Audiência interativa para avaliar crise fiscal do país.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Plano

14h30 Apresentação de plano de trabalho, de pesquisa sobre violência doméstica e votação de requerimentos.

MP 779/2017 Outorgas de aeroportos

14h30 A comissão da MP, que flexibiliza pagamento de outorgas de aeroportos, analisa relatório.

MP 785/2017 Novo Fies

14h30 A comissão da MP, sobre o novo Fies, faz audiência pública.

CPI DO BNDES Audiência

15h Audiência com o BC e o BNDES.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Cidade menor terá prestação de conta mais fácil

O chamado Simples Municipal, aprovado ontem pelo Plenário, simplifica o funcionamento de 60% dos municípios de pequeno porte, com menos de 15 mil habitantes

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, em segundo turno, a proposta que estabelece a prestação de contas simplificada para municípios de pequeno porte (PEC 77/2015). A medida, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), favorece a adoção de regras mais simples para a celebração de convênios e transferências de créditos da União e estados. A PEC havia sido votada em primeiro turno em agosto, foi aprovada por unanimidade

pelo Plenário e agora segue para a Câmara dos Deputados. A expectativa é de que a medida simplificará o funcionamento de mais de 60% dos municípios brasileiros, assim considerados aqueles com até 15 mil habitantes. Com a aprovação da PEC, a obrigatoriedade dos municípios de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei ao arrecadarem seus impostos será diferenciada para os de menor porte.

Um dos objetivos da PEC é evitar a demora na liberação de recursos e a suspensão de repasses de convênios em decorrência de trâmites burocráticos. Na prática, a definição das novas regras de prestação de contas ainda deverá ser feita pelos parlamentares por meio de projeto de lei complementar, depois que a PEC for aprovada na Câmara. Para Otto Alencar (PSD-BA), a medida vai facilitar a prestação de contas dos municípios,

sem que eles tenham que abrir mão da responsabilidade fiscal. Benedito de Lira (PP-AL) disse que medida vai desburocratizar as rotinas das prefeituras. Na visão de Lindbergh Farias (PT-RJ), a PEC é “extremamente importante”, pois vai na direção do interesse dos municípios. O relator da PEC, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que 85% dos municípios de Roraima serão beneficiados. Marta Suplicy (PMDB-SP)

elogiou a sensibilidade do relator e do autor, ao destacar que a medida vai atingir cerca de 400 municípios paulistas. Rose de Freitas (PMDB-ES), Edison Lobão (PMDB-MA), Jorge Viana (PT-AC), Aécio Neves (PSDB-MG), Simone Tebet (PMDB-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ivo Cassol (PP-RO) exaltaram a PEC. — Precisamos diminuir ainda mais a burocracia e é esse o mérito da PEC — declarou Ivo Cassol.

Aprovado texto que legaliza remoção de servidores de cartórios

Foi aprovado ontem em Plenário projeto que permite legalizar a situação de servidores concursados de cartórios, que mudaram de unidade de 1988 a 1994, entre a promulgação da Constituição Federal e o início da vigência da Lei dos Cartórios. O projeto é polêmico porque, pelas regras atuais, é preciso concurso público para a remoção. Como foi aprovado sem mudanças, o texto (PLC 80/2015) segue para a sanção presidencial. Senadores governistas e da oposição criticaram o projeto. Ricardo Ferraço (PSDB-ES) destacou manifestação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contra a aprovação do texto. Lindbergh Farias (PT-RJ) lembrou que antes, em 2014, já houve tentativa de legalizar essas remoções, mas o texto aprovado no Congresso acabou vetado pela então presidente Dilma Rousseff. Líderes do PSDB, do PT, do

PPS, do PSC e do PCdoB orientaram as bancadas a votar não. O PMDB liberou a bancada e senadores do partido criticaram o texto. O PP orientou o voto sim. Após verificação de quórum, o projeto foi aprovado com 25 votos favoráveis e 21 contrários. O projeto preserva todas as remoções de servidores concursados até a entrada em vigor da Lei dos Cartórios. Antes da lei, um servidor concursado podia mudar de cartório sem a necessidade de realização de novo concurso. Depois dela, a remoção só ocorre mediante concurso de títulos e está restrita aos servidores que exercem a atividade por mais de dois anos. Para o relator, Benedito de Lira (PP-AL), o texto reconhece a legalidade das remoções efetuadas de acordo com as regras anteriores à Lei dos Cartórios. Ele lembrou que os postulantes prestaram concurso.



Bandeira (2º à esq.) conversa com Ana Amélia, Wilder Morais e Benedito

Bandeira representará Senado no conselho do Ministério Público

O Plenário aprovou ontem a indicação de Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada ao Senado, que foi disputada com Erick Vidigal. A indicação foi iniciativa de algumas lideranças partidárias. Vários senadores destacaram a competência, o conhecimento técnico e

jurídico e a “manifestação de espírito público” do indicado. Consultor legislativo do Senado desde 2004, Bandeira é o atual secretário-geral da Mesa, cargo que já acumulou com o de diretor-geral da Casa. É doutorando em direito administrativo pela Universidad de Salamanca (Espanha) e mestre em direito pela Universidade Federal de Pernambuco.

Casa devolverá MP que não respeitar prazo, afirma Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, comunicou ontem a decisão de devolver as medidas provisórias enviadas pelo Executivo que não respeitem o prazo necessário para análise nas duas Casas do Congresso. Ele criticou a quantidade de MPs editadas pelo governo: foram 800 nos últimos 16 anos. — Nenhum país do mundo que leve a sério seu Parlamento edita 50 medidas provisórias por ano. Não há urgência nem relevância que expliquem esse excesso. O senador acrescentou que falta rigor ao Executivo ao editar as medidas e que o Senado “mal tem tempo para discutir com alguma racionalidade” as MPs.

Aprovado procurador para representar o Cade

O Senado aprovou ontem o advogado Walter de Agra Júnior para chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Como procurador-chefe, ele representará o Cade perante o Judiciário. O mandato é de dois anos. Agra foi sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos também ontem e defendeu uma maior atuação do Cade



no combate à concentração bancária e a divulgação dos acordos de leniência, após a

homologação pelo órgão. Paraibano de Campina Grande, formado pela Universidade Estadual da Paraíba, Agra foi promotor de Justiça em Pernambuco e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), José Maranhão (PMDB-PB) e Lindbergh Farias (PT-RJ) destacaram a competência de Agra e elogiaram sua indicação.

Senado pode votar hoje financiamento de campanha

O Plenário pode votar hoje uma proposta alternativa de financiamento para as eleições de 2018. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, criou ontem uma comissão de senadores para definir o texto que será levado ao Plenário. O Congresso tem até 7 de outubro para definir a questão. De acordo com o Eunício, o substitutivo deve

prever fontes de financiamento que não comprometam ações sociais. — Temos que encontrar uma solução para isso sem mexer na saúde, sem mexer na educação e sem buscar dinheiro novo. Usar dinheiro que já é gasto com a política. Chegou a hora de os políticos e a política cortarem na própria carne.

RÁPIDAS

CRIAÇÃO DO DEZEMBRO VERMELHO ENTRA NA PAUTA DO PLENÁRIO
O Dia Mundial de Luta Contra a Aids é 1º de dezembro, mas o mês inteiro pode ser dedicado a atividades de combate ao vírus HIV e a outras doenças sexualmente transmissíveis. É o que prevê o PLC 60/2017, que ganhou ontem urgência em Plenário e deve ser votado amanhã. A proposta, da deputada Erika Kokay (PT-DF), cria o Dezembro Vermelho.

PROJETO QUE ALTERA BANCADAS NA CÂMARA PASSARÁ POR MAIS 2 COMISSÕES
Senadores aprovaram ontem a inclusão das Comissões de Assuntos Sociais e de Desenvolvimento Regional na tramitação do PLS 315/2016 — Complementar, que altera a representação por estado na Câmara a partir da próxima legislatura. O projeto, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), mantém o número de deputados, mas muda a distribuição quantitativa das bancadas.

DEMISSÃO DE SERVIDOR ESTÁVEL VAI TER ANÁLISE AMPLIADA NO SENADO
O projeto que trata da demissão de servidor público estável por insuficiência de desempenho será examinado por mais dois colegiados, além da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O Plenário aprovou requerimentos para que o PLS 116/2017 — Complementar, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), seja analisado também pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Transparência.

DEPUTADA PEDE A EUNÍCIO OLIVEIRA APOIO A REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY
A deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ) pediu ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, apoio à aprovação de projeto que regulamenta a atividade de lobby. O PL 1.202/2007 aguarda votação no Plenário da Câmara. Em seguida, virá para apreciação do Senado. Eunício disse que é a favor da regulamentação do lobby e que pautará o projeto assim que o texto chegar ao Senado.

União precisa agir mais na segurança, aponta debate

Em audiência pública, debatedores disseram que combate à violência não pode continuar apenas na mão dos estados e dos municípios

UM MAIOR PROTAGONISMO da União na segurança pública e mais integração entre os órgãos que atuam no setor podem frear o crescimento da violência, afirmaram ontem os convidados de uma audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o Ipea, o Brasil teve em 2015 uma taxa de 29 homicídios para cada 100 mil habitantes, totalizando 59 mil assassinatos — aumento de 10,5% em relação a 2005.

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Raimundo Carreiro, apresentou os resultados das auditorias do tribunal sobre o setor que constataram que as secretarias estaduais de Segurança apresentam baixos índices de governança e não conseguem aplicar suas políticas públicas.

Segundo o levantamento, apesar de os gastos com segurança pública terem crescido 19% entre 2010 e 2014, a União tem assumido cada vez menos obrigações no setor, com maior ônus para estados e municípios. Além disso, faltam dados sobre crimes, o que prejudica a atuação do poder público.

— Não existe integração entre



Wilder fala em audiência no Senado, ao lado de Lobão (C) e Carreiro

os órgãos de segurança pública. Um preso condenado em São Paulo vai para o Maranhão e não tem registro nenhum lá de que ele tenha cometido um crime — exemplificou Carreiro.

Melhorar o sistema de estatísticas criminais é fundamental para que os gestores saibam como aplicar os recursos de forma eficiente, segundo o secretário de Controle Externo da Segurança Pública do TCU, Egbert Buarque:

— O primeiro passo é o diagnóstico da realidade que se quer transformar.

O assessor Alexandre Araújo Mota, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, afirmou que governo tem trabalhado para melhorar a integração dos sistemas de informação e admitiu que não existe uma política de segurança pública bem definida. Ele defendeu a criação de um fundo para financiar o setor nos estados:

—Do contrário, fica difícil

fazer segurança pública.

O secretário do TCU afirmou que um dos obstáculos ao desenvolvimento de políticas de segurança pública nacionais é a limitação constitucional da atuação do governo federal na segurança. Ele defendeu a aprovação do PEC 33/2014, que inclui na Constituição a segurança pública como uma das obrigações de competência comum entre a União, os estados e os municípios.

O presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), destacou que o país enfrenta dificuldades financeiras e que é necessária maior criatividade dos gestores na aplicação dos recursos. Lasier Martins (PSD-RS) afirmou que os brasileiros vivem com uma forte sensação de insegurança. Wilder Moraes (PP-GO) defendeu o endurecimento da legislação penal, a revogação do Estatuto do Desarmamento e o fim da progressão de regime prisional.

Sugestão vai melhorar o SUS, dizem especialistas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) discutiu uma sugestão de projeto de lei para acelerar procedimentos indicados aos pacientes do Sistema Único de Saúde.

Participaram da audiência pública o defensor público Pedro Gandra, do Grupo de Trabalho Saúde da Defensoria Pública da União; o advogado sanitário Tiago Farina, diretor jurídico do Instituto Oncoguia; e o gerente de Regulação de Serviços de Saúde da Secretaria de Saúde de Porto Alegre, Jorge Osório.

Encaminhado ao Senado pelo Oncoguia, o texto foi convertido na Sugestão 11/2016 e terá como relator José Medeiros (Pode-MT). Segundo o instituto, a sugestão nasceu de discussões entre gestores públicos e parlamentares sobre como garantir que o cidadão que necessita de cuidados no SUS possa receber todas as informações que lhe assegurem conhecer seu lugar no sistema e nas filas de espera.

Para Gandra, a medida é benéfica porque fornecerá ao gestor de saúde, a médio e a longo prazo, a real situação

do SUS em relação à oferta e à demanda por atendimentos.

— A publicidade dos procedimentos e tratamentos permite ao gestor se organizar e resolver os problemas de atendimento, evitando a judicialização da saúde.

Para Farina, o paciente não pode mais ficar sem respostas: ele tem de saber quando e onde vai ser atendido.

Se a sugestão se tornar lei, assim que o paciente receber a solicitação de um exame ou consulta, ele sairá da unidade com um protocolo indicando local e data da realização do procedimento. Caso não seja possível fornecer a informação no mesmo ato, ela terá de ser encaminhada ao paciente em até cinco dias. Em qualquer hipótese, o prazo máximo de agendamento não deverá ser superior a 90 dias.

Depois que o relatório ficar pronto, a sugestão será incluída na pauta da comissão. Se aprovada, será transformada em projeto de lei da CDH, para início de tramitação.

Judicialização encarece planos de saúde, afirmam operadoras

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debateu ontem com representantes do governo e das operadoras os reajustes das mensalidades dos planos de saúde.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) se mostrou preocupada com a judicialização, em que clientes recorrem aos tribunais para obter atendimento das operadoras. Para o presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, Reinaldo Camargo Scheibe, a judicialização contribui para

o aumento das mensalidades:

— Estimamos um gasto de R\$ 1,2 bilhão com judicialização, sendo R\$ 320 milhões relacionados a procedimentos não constantes do rol, que não são obrigação contratual, mas se judicializa e a operadora paga. Isso volta para o consumidor em forma de reajuste.

Desde 2015, com a crise econômica, mais de 3 milhões de brasileiros tiveram de abandonar os planos de saúde, passando a utilizar o sistema público de saúde.



Senador Dalírio Beber (C) conduz audiência sobre planos de saúde

CPI ouvirá ministro da Cultura e Santander sobre exposição

A CPI dos Maus-Tratos a Crianças e Adolescentes vai convidar o ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, representantes do Santander Cultural e do Ministério Público do Rio Grande do Sul para discutir a polêmica da exposição *Queermuseu — cartografias da diferença na arte brasileira*. As convocações foram aprovadas ontem.

O Santander Cultural antecipou o encerramento da mostra devido a manifestações contrárias. A alega-

ção era de que a exposição continha obras de conteúdo ofensivo e com apologia à pedofilia.

A comissão aprovou também requerimento para oitiva da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e de representantes das empresas de telefonia Oi, Claro, Vivo e TIM. A pedido de Ana Amélia (PP-RS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), os requerimentos de convocação foram transformados em convite.



Eduardo Lopes conversa com o presidente da CPI, Magno Malta

Comissão poderá questionar Dnit sobre obras em estradas

A Comissão de Infraestrutura (CI) deve votar na próxima semana requerimento para que o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Valter Casimiro Silveira, compareça ao colegiado para prestar esclarecimentos sobre as perspectivas dos investimentos a cargo do órgão. Os senadores querem

questionar o gestor a respeito de relatos sobre as condições ruins de rodovias federais em diversos estados, sem previsão de licitações ou contratação de serviços de recuperação.

A sugestão de ouvir o Dnit foi de Jorge Viana (PT-AC). Wellington Fagundes (PR-MT) sugeriu que seja também convidado representante do Ministério do Planejamento.



Farina, José Medeiros, que presidiu a audiência pública, Gandra e Osório



Presidente da CCT, senador Otto Alencar (D) dirige sessão em que foi aprovado projeto que condiciona novas outorgas à cobertura nas estradas

Operadoras devem passar a garantir sinal de celular em rodovias do país

Projeto aprovado em comissão e que pode ir direto à Câmara prevê 5 anos para que cobertura móvel abranja estradas federais e estaduais

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem projeto que obriga as operadoras telefônicas a garantir a cobertura de sinal de celular nas rodovias estaduais e federais.

Pelo PLS 5/2017, a autorização para as empresas prestarem serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo ficará condicionada à obrigação de cobertura de toda a extensão dessas estradas na área que for objeto da outorga. Se não houver recurso

para a análise do Plenário, o texto segue para a Câmara dos Deputados.

Prejuízos

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), autor do texto, salienta que a falta de cobertura dos serviços de telefonia móvel nas rodovias gera uma série de prejuízos, como no caso de acidentes nos quais viajantes não têm como acionar o socorro. Ele também mencionou o transporte de cargas, que ganharia segurança com a possibilidade

de rastreamento mais barato. Atualmente, eles usam as comunicações via satélite, que encarecem o custo das mercadorias. Outro ponto positivo é garantir a conectividade a regiões isoladas do país.

A cobertura, diz o texto, pode ser compartilhada, desde que abranja os usuários de todas as operadoras, sem custo adicional para eles. Os custos da mudança que não possam ser recuperados com a exploração do serviço serão cobertos pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

(Fust). O prazo máximo para a implantação é de cinco anos.

O relatório, do senador Otto Alencar (PSD-BA), estabelece que a determinação vale apenas para as futuras outorgas de prestação de serviço de telecomunicação móvel.

O relator acrescentou dispositivos a leis já existentes, para que seja possível cumprir a determinação de que recursos do Fust poderão ser usados na expansão da cobertura em rodovias. Isso não é previsto na legislação para serviços prestados em regime privado.

Usuário pode ter direito a número de telefone móvel roubado

Atualmente um usuário que bloqueia seu telefone celular furtado, roubado ou perdido tem dificuldades para manter o número, principalmente se ele está fora da cidade de registro da linha telefônica. Projeto aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) muda a realidade ao tornar direito do usuário a manutenção do número antigo. Se não houver recurso para ir ao Plenário, o texto segue para a Câmara.

A regra vale ainda que a perda do celular seja na condição de visitante em locais fora da área de registro do aparelho.

O PLS 70/2017, de Paulo Bauer (PSDB-SC), também torna direito do usuário a comunicação da perda do aparelho. Norma da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) considera como dever do usuário, e não direito, a comunicação da perda.

Na justificativa do projeto, Bauer chamou a atenção para o crescimento de roubos de celulares. Somente em São Paulo, disse, 239 mil aparelhos foram roubados em 2016.

O texto visa reduzir os transtornos aos donos de celulares roubados. Em vez de ter que se dirigir a vários órgãos para

solicitar o bloqueio do chip e do aparelho, os usuários poderão fazer as operações em delegacia de polícia.

“Inicialmente, o usuário é instado a solicitar o bloqueio do chip para impedir o uso indevido do número do telefone e do plano de serviços contratado. Depois, ele tem de lavrar um boletim de ocorrência. Em seguida, deve comparecer a uma loja da operadora para solicitar a recuperação do número telefônico, tendo que adquirir um novo chip e outro aparelho celular. Não bastasse toda essa via-crúcis, têm sido objeto de frequente

reclamação a indisponibilidade de chips nas lojas das operadoras e a dificuldade de o usuário manter o seu número de telefone”, justifica Bauer.

Em seu relatório favorável, Otto Alencar (PSD-BA) observou que está em operação no Brasil o Cadastro Nacional de Estações Móveis Impedidas, que permite o bloqueio de celulares roubados pelas vítimas em delegacias.

Segundo o consultor legislativo do Senado Marcus Martins, o cadastro não garante, contudo, o direito do usuário de tornar a usar o número que estava ativo no celular perdido.

Avança obrigatoriedade de atendimento gratuito por celular

Entre os projetos aprovados ontem pela CCT, está o que prevê atendimento telefônico gratuito também pelo celular por prestadoras de serviços regulados, como energia elétrica, telefonia, televisão por assinatura, planos de saúde, bancos e operadoras de cartões de crédito. Atualmente muitos desses serviços só funcionam de forma gratuita se o consumidor ligar de telefone fixo.

O PLS 445/2016, de Roberto Muniz (PP-BA), foi analisado em decisão final e segue para a Câmara, se não houver recurso para a votação em Plenário.

De acordo com a proposta, o atendimento das prestadoras de serviços aos consumidores que ligarem de celulares tam-

bém será gratuito. A iniciativa do projeto, segundo o autor, veio após sugestão de um cidadão do interior da Bahia.

De acordo com o senador, a telefonia móvel no Brasil já é quase cinco vezes maior que a telefonia fixa. Para ele, os serviços de atendimento ao consumidor (SACs) não podem ignorar a demanda crescente daqueles que optam pelo celular, já que grande parte da população nem usa mais telefones fixos.

“Cerca de 60% dos lares com renda abaixo de dez salários mínimos escolheram usar o celular como meio de comunicação telefônica. Ou seja, o SAC, que é gratuito, acaba por servir de forma mais fácil e

acessível apenas quem possui melhores condições financeiras”, argumentou.

As prestadoras de serviços regulados que não cumprirem a determinação poderão sofrer sanções, prevê o projeto.

No voto favorável ao texto, o relator, Otto Alencar (PSD-BA), argumenta que o celular é o principal meio de comunicação dos brasileiros. A gratuidade, para o senador, é medida essencial para que usuários não sejam obrigados a pagar para registrar reclamações.

Radiodifusão

A comissão também aprovou 17 projetos de autorização, permissão e concessão para o funcionamento de empresas

de radiodifusão. A maioria dos projetos tratava do funcionamento de rádios comunitárias.

Um projeto foi rejeitado: o PLS 175/2014, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), sobre o aumento no controle social das atividades comerciais e de pesquisa com organismos geneticamente modificados, os chamados transgênicos.

A senadora propunha tornar obrigatória a consulta à população local sobre os processos que autorizassem testes de campo com transgênicos destinados a controlar vetores transmissores de doenças. A decisão do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), pela rejeição do texto foi acatada pelos senadores da comissão.

Viana: acordo vai melhorar telecomunicações

Jorge Viana (PT-AC) anunciou a assinatura, em 2 de outubro, de um protocolo para melhorar as telecomunicações no Acre. Segundo o senador, a partir dos acordos entre estado, prefeituras, Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e empresas de telefonia, será possível garantir internet e telefonia móvel de qualidade para os cidadãos do Acre.

— O desenvolvimento de um estado não pode, não vai acontecer, se nós não tivermos uma infraestrutura de telecomunicação adequada aos tempos atuais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Sandoval elogia reforma tributária da Câmara

Airton Sandoval (PMDB-SP) defendeu a proposta de reforma tributária em análise na Câmara. Para



Jefferson Rudy/Agência Senado

ele, o projeto aponta para a modernização tecnológica e simplificação de tributos.

O senador acredita que, com as mudanças, o custo e a burocracia para as empresas serão reduzidos e o combate à corrupção, mais eficiente. Ele listou os pontos que considera mais importantes, como a reformulação do Imposto de Renda, a divisão de impostos entre as esferas de governo e a simplificação das cobranças.

Cidinho quer plebiscito sobre porte de arma

Cidinho Santos (PR-MT) defendeu projeto que define plebiscito sobre o direito ao porte de armas



Jefferson Rudy/Agência Senado

de fogo de brasileiros que cumprirem os requisitos legais (PDS 175/2017). Ele afirmou que a política de desarmamento fracassou no combate à violência, pois o país registra 60 mil assassinatos por ano.

— Diante dessa crise que acomete a segurança pública e da ineficácia do Estatuto do Desarmamento em reduzir os homicídios, deve-se recorrer ao único titular da soberania política: o povo.

Comissão aprova regras de envio de verbas para a defesa agropecuária

Projeto que passou na Comissão de Agricultura disciplina a transferência de recursos do setor para estados, Distrito Federal e municípios

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou o projeto de lei que disciplina a distribuição de recursos da União para a defesa agropecuária. O PLS 379/2016 estabelece percentuais de repasses a estados e municípios para ações de inspeção e controle da saúde de animais e vegetais.

O texto segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor, senador Roberto Muniz (PP-BA), afirma que o



Ivo Cassol (ao microfone), Dalirio Beber, Valdir Raupp e Waldemir Moka (D)

objetivo da proposta é garantir o desenvolvimento de uma agropecuária competitiva, com a possibilidade de planejamento e gestão financeira do setor, cujas atividades estão diretamente ligadas à qualidade dos produtos que chegam à mesa dos brasileiros.

Atualmente, os recursos financeiros para as ações de

defesa são deliberados por meio de convênios entre a União e os entes da Federação.

O projeto altera esse processo, ao instituir a transferência mensal, direta e obrigatória dos recursos para contas correntes dos entes federativos, na proporção de 1/12 do valor previsto para o exercício.

O projeto também prevê

a prestação de contas como medida de controle e transparência.

Há ainda a definição da contrapartida dos entes favorecidos, levando-se em consideração sua capacidade financeira ou se sua localização está na abrangência das superintendências de desenvolvimento regionais ou na faixa de fronteira.

A distribuição dos recursos deverá levar em conta metas e parâmetros relativos à realidade de cada estado e município, incluindo fatores como área plantada, extensão de fronteiras internacionais, imóveis rurais cadastrados, rebanhos registrados, população rural e participação de pessoal ocupado na agricultura familiar.

Avança rigor menor para identificar produtos transgênicos

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 34/2015, que reduz exigências para identificação de alimentos transgênicos, foi aprovado ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em votação simbólica. A proposta não estava inicialmente na pauta da comissão e foi incluída pelo presidente, Ivo Cassol (PP-RO), a pedido do relator, Cidinho Santos (PR-MT).

O projeto desobriga os pro-

dutores a informar a existência de organismos transgênicos no rótulo dos produtos, se a concentração for inferior a 1% da composição total da mercadoria. Se a concentração for superior a esse limite, o produtor deve incluir a informação no rótulo, mas sem a letra "T" inserida num triângulo amarelo, como ocorre atualmente. O relatório vai agora para as Comissões de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente.

Projeto permite plantio de cana na Amazônia em área degradada

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou emenda de Plenário, apresentada pelo senador Cristovam Buarque (PPS-DF), ao PLS 626/2011, que permite o cultivo da cana-de-açúcar em áreas degradadas da Amazônia Legal. O senador sugeriu a data-limite de 31 de janeiro de 2010 para a área ser considerada oficialmente degradada (sem capacidade de regeneração natural) e

passível de plantio. A emenda de Plenário segue para análise da CDR e pela CMA.

— Não se estabelecer um limite pode estimular a criação de novas áreas degradadas para, depois, nelas se plantar a cana — afirmou Cristovam.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), disse que a emenda é importante para impedir a criação de novas áreas desmatadas e de pastagens irregulares na região.

Debate: pagamento por serviços ambientais pode ajudar o país

Os pagamentos por serviços ambientais vão ajudar o Brasil a se desenvolver de maneira sustentável, de acordo com a opinião dos participantes de uma audiência da Comissão de Meio Ambiente realizada ontem. Serviços ambientais são considerados benefícios da natureza para os seres humanos. Alguns exemplos são a purificação da atmosfera ou a proteção contra desastres naturais e erosões pela preservação de florestas ou matas ciliares. Alguns países criaram

programas para ressarcir os donos de áreas rurais pela preservação dessas terras. No Brasil, os pagamentos por serviços ambientais estão previs-

tos no novo Código Florestal.

O senador Pedro Chaves (PSC-MS) disse que, em princípio, concorda com o pagamento, mas quis ouvir a

opinião dos debatedores tendo em vista a situação específica do Brasil.

Representantes do governo e de universidades defenderam um direcionamento responsável dos pagamentos.

Carolina Tavares da Silva, professora da Universidade de Brasília (UnB), apresentou um critério simples para definir quem deveria receber o benefício.

— Qualquer proprietário que faça ações de conservação em sua terra — sugeriu.



Chaves fala durante debate presidido por Wellington (na mesa, ao centro)

Ana Amélia aplaude dia de conscientização sobre fibromialgia

Ana Amélia (PP-RS) aplaudiu a aprovação, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), do PLS 351/2016, que institui o 12 de maio como o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento à Fibromialgia. Autora da proposta, Ana Amélia afirmou que a falta de conhecimento prejudica o tratamento dos portadores da doença, que atinge principalmente as mulheres.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Elmano Férrer destaca importância do Setembro Amarelo

O senador Elmano Férrer (PMDB-PI) falou sobre o Setembro Amarelo, mês em que é debatida a prevenção ao suicídio.

Ele afirmou que o Piauí é um dos estados com mais suicídios do Nordeste e lembrou que grande parte dos suicídios pode ser evitada com ações de prevenção e tratamentos específicos.

Ele disse ainda que os familiares também precisam de assistência.



Moreira Moritz/Agência Senado

Gladson comemora obra para interligar duas cidades do Acre

Gladson Cameli (PP-AC) celebrou a publicação de decreto que permite ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes firmar parceria com o governo do Acre para a construção do anel viário e da nova ponte que vai interligar Epitaciolândia e Brasileia.

— Agora depende do estado para que estas obras se iniciem o quanto antes.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Cadastro da Previdência deve ter verba extra

Projeto aprovado pela CMO libera R\$ 177 milhões para o INSS. Verba vai ser usada em processamento de benefícios e virá de cancelamento de recursos para acesso a água

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem projeto de crédito suplementar que destina R\$ 177 milhões para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os recursos irão para processamento de dados de benefícios previdenciários (R\$ 133,7 milhões) e para gestão de cadastros da Previdência (R\$ 43,3 milhões). O valor está previsto em proposta (PLN 18/2017) enviada pelo Executivo, com total de R\$ 233 milhões em recursos.

Outra parte da verba (R\$ 55,8 milhões) será usada para manter e desenvolver sistemas para pagamento do seguro-desemprego do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O dinheiro virá do cancelamento de recursos para a rede de atendimento do seguro-desemprego do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e para tecnologias de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos na zona rural.

A relatora, deputada Carmen Zanotto (PPS-PR), apresentou voto favorável ao texto. Já o deputado Bohn Gass (PT-RS) criticou a medida por cancelar R\$ 177 milhões em recursos para acesso à água destinada a consumo humano.

— Ou é para tratamento, ou são poços, encanamentos e cisternas. Não acredito que vamos concordar com isso.

Da Agência Câmara



Presidente da comissão, senador Dário Berger (E) coordena reunião que aprovou projeto

Marcos Oliveira/Agência Senado

Debatedores defendem medida provisória que modifica royalties da mineração

Em audiência ontem, representantes do governo defenderam a medida provisória que trata dos royalties da mineração (MP 789/2017). O debate foi promovido pela comissão mista que analisa a MP.

Segundo o diretor do Departamento de Gestão de Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Fernando Nóbrega, a MP diminuirá os recursos ao Judiciário. Segundo ele, o governo levou em conta o valor de mercado dos bens minerais para as alterações nas alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem).

— Com a MP, pretendemos a diminuição de custos para a empresa.

O diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do Ministério de Minas e Energia, José Luiz Amarante Araújo, afirmou que o governo busca transparência com a proposta de uma nova legislação.



Paulo Rocha (C) conduz audiência sobre MP da mineração

Waldemir Bonetto/Agência Senado

Para o diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, Victor Hugo Froner Bicca, a MP busca aperfeiçoar a legislação do setor de mineração, com ganhos

para empresas e governo. O relator da MP, o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), destacou que a proposta do governo é específica, tocando nas alíquotas e nas bases de cálculo da Cfem.

O presidente da comissão, senador Paulo Rocha (PT-PA), anunciou que serão realizadas outras audiências com representantes dos estados e dos municípios.

O relator da medida, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a exploração mineral em terras indígenas, desde que atenda às reivindicações das etnias e aos demais setores.

Para indústria, exploração mineral sustentável favorece o desenvolvimento

A sociedade precisa garantir a transformação dos recursos naturais em riqueza sustentável, promovendo o aumento da renda e da competitividade do Brasil no exterior, defendeu ontem o presidente da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb), Edson Ribeiro.

Em audiência na comissão mista que analisa a Medida Provisória 790/2017, que reduz a burocracia da pesquisa no setor, ele disse que a MP apresenta dispositivos favoráveis ao aperfeiçoamento da mineração no país, como a possibilidade de renúncia parcial do alvará de pesquisa e sua prorrogação em caso de falta de acesso à área por motivos alheios ao investidor. Cobrou

a definição dos prazos dos leilões das áreas disponíveis à exploração, previstos na MP. E lembrou que o setor gera 215 mil empregos diretos, envolvendo 2,7 milhões de pessoas, com investimentos de US\$ 53 bilhões nos últimos anos.

Relator da medida, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a exploração mineral em terras indígenas, desde que atenda às reivindicações das etnias e aos demais setores.

Presidente da Federação das Cooperativas de Garimpeiros do Tapajós no Pará, com mais de 30 mil garimpeiros, Amaro Rosa cobrou das autoridades fiscalização na produção, além da criação de força-tarefa para dar celeridade na análise dos processos de regularização da exploração mineral. Ressaltou que a demora na legalização direciona o minério para o mercado negro.



Flexa Ribeiro com Geovânia de Sá, presidente da comissão

Roque de Sá/Agência Senado

Audiência: venda da Eletrobras encarece conta de luz

Especialistas do setor elétrico que participaram ontem de uma audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) afirmaram que a privatização da Eletrobras deve aumentar a conta de luz dos brasileiros e colocar em risco a segurança hídrica de grande parte da população.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) explicou que, com a privatização, o governo vai revogar a Lei 12.783/2013. A lei permitiu uma redução no valor da energia cobrado pelas geradoras, que passaram a vender a preço de custo. Esses valores foram repassados para as distribuidoras do país inteiro na forma de cotas. Por causa da lei, segundo Fátima, 15% da energia do país é vendida hoje com um preço 25% mais baixo do que o preço de mercado.

— Os governadores do Nordeste alertaram que a proposta de descotização da energia deverá elevar os preços aos consumidores. Os governadores avaliam que esse aumento ficaria entre 7% e 17%.

Ex-presidente da Eletrobras, Luiz Pinguelli Rosa ressaltou que é impossível que não haja o aumento da tarifa. Segundo ele, o investidor que vai co-

locar dinheiro comprando as empresas estatais vai querer recuperar o capital.

Ex-diretor da Aneel e membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Nelson Hubner considerou inapropriado o governo se desfazer de uma estatal e deixar os parques hídricos do país na mão de empresas estrangeiras.



Fátima Bezerra conduz debate na Comissão de Desenvolvimento Regional

Pedro Franco/Agência Senado

Valadares ressalta trabalho da Defensoria Pública

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou a importância da Defensoria Pública na garantia dos direitos dos mais pobres. Valadares lembrou que, segundo pesquisa do Conselho Nacional do Ministério Público, melhorou a avaliação da Defensoria Pública e o respeito da população pelos defensores, principalmente por seu trabalho na proteção de crianças e jovens.

— A Defensoria Pública é a garantia de que nenhum cidadão ficará abandonado na hora em que precisar defender os seus direitos.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Reguffe presta contas de emenda para saúde no DF

Reguffe (sem partido-DF) prestou ontem contas de uma de suas emendas ao Orçamento da União para a saúde do Distrito Federal, no valor de R\$ 3,3 milhões.

Segundo a Secretaria de Saúde, foram compradas 7 mil unidades do medicamento quimioterápico sorafenibe e 16.604 unidades de propofol, anestésico para cirurgias. Reguffe disse que, pela falta do anestésico, muitas cirurgias deixaram de ser feitas na rede pública. Outras emendas irão para equipamentos e construção do hospital do câncer do DF.



Marcos Matiz/Agência Senado

Avança texto que dobra verba de merenda nas cidades mais pobres

Segundo o autor, Roberto Rocha, o alimento é a principal razão para que a criança vá à escola nos municípios em extrema pobreza

ESCOLAS EM MUNICÍPIOS onde há extrema pobreza poderão receber o dobro em valores per capita de merenda escolar para cada etapa e modalidade de ensino. Aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE), o projeto (PLS 217/2015) irá para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário.

De Roberto Rocha (PSB-MA), o projeto altera a Lei 11.947/2009, sobre a alimentação escolar dos alunos da educação básica.

O senador argumentou que, em áreas rurais e municípios mais pobres, ainda há registros de desnutrição infantil, e a principal motivação de uma

criança ir à escola é a merenda.

O projeto foi analisado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), que o aprovou com uma emenda para remeter a definição de extrema pobreza à legislação pertinente.

Extrema pobreza

O relatório aprovado na CE foi elaborado por Lídice da Mata (PSB-BA), que fez alterações, especificando que os municípios em extrema pobreza são aqueles em que 30% ou mais das famílias sejam classificadas em extrema pobreza pelos critérios da lei que criou o Bolsa Família.

A senadora salientou que o valor repassado pela União

aos entes federados, por dia letivo, para cada aluno é definido de acordo com a etapa e a modalidade de ensino: nas creches, R\$ 1; na pré-escola, R\$ 0,50; nas escolas indígenas e quilombolas, R\$ 0,60; nos ensinos fundamental e médio e na educação de jovens adultos (EJA): R\$ 0,30; no ensino integral, R\$ 1; no Programa Mais Educação, R\$ 0,90; e no atendimento educacional especializado no contraturno, R\$ 0,50.

A relatora advertiu que o projeto não estima o impacto orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, conforme a Lei de Responsabilidade

Fiscal. Lídice recorreu à Consultoria de Orçamento do Senado, que fez os cálculos considerando os municípios em situação de extrema pobreza e o quanto receberam do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Foram identificados 459 municípios em extrema pobreza de acordo com o IBGE. A maioria está nos estados do Maranhão (107), do Piauí (88), do Ceará (60), da Bahia (52), do Pará (30), de Alagoas (28) e de Pernambuco (26). Somados, os repasses do Pnae para esses 459 municípios em 2014 chegaram a R\$ 204,7 milhões, ou seja, o impacto seria de R\$ 200 milhões adicionais.



Lúcia Vânia (D) preside reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte que aprovou proposta que aumenta recursos para merenda escolar

Bolsas de estudo deverão ser prorrogadas para gestantes

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto que permite a prorrogação da vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa a estudantes gestantes ou adotantes. Relatora, a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) recomendou aprovação do PLC 62/2017, que segue ao Plenário.

O projeto possibilita a ampliação de prazo a bolsas de estudo ou pesquisa que tenham duração mínima de

12 meses. Elas poderão ter a validade estendida por até 120 dias. O benefício poderá ser dado depois de comprovado o afastamento temporário do bolsista — durante a vigência da bolsa — em virtude de parto, adoção ou obtenção de guarda judicial para adoção.

A prorrogação de prazo nesses termos poderá ser pedida por bolsistas de mestrado, doutorado, graduação “sanduíche” (feita parte no Brasil, parte no Exterior),

pós-doutorado ou estágio sênior. Se a solicitação for aceita, ficará proibida a suspensão do pagamento da bolsa.

A proposta também impede a concessão do benefício a mais de um bolsista quando decorrente do mesmo processo de adoção e guarda.

As novas regras beneficiam, sobretudo, estudantes e pesquisadores com bolsas de períodos menores e de agências de fomento estaduais.

A Capes e o CNPq, princi-

pais agências de fomento do país, já têm normas internas para prorrogar o benefício de bolsistas que recebem o auxílio por 24 meses ou mais (mestrado e doutorado).

A novidade, nesse caso, é o reforço legal e também a extensão para os casos de adoção.

Para Marta, a transformação da proposta em lei viria a ampliar e consolidar práticas já adotadas pelo CNPq e pela Capes.

Primeiros socorros poderão ser conteúdo obrigatório nas escolas

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem proposta que determina o treinamento em primeiros socorros aos alunos de ensino fundamental e médio. O projeto (PLS 210/2015) segue agora para a Câmara, se não houver recurso para análise em Plenário.

O ensino teórico e prático de primeiros socorros dará ênfase ao treinamento em ressuscitação cardiopulmonar e deverá fazer parte do currículo da educação básica. O autor, Ronaldo Caiado (DEM-GO), explica que, no

mundo todo, discute-se a necessidade de prestar treinamento na área de resgate de emergência e em ressuscitação cardiopulmonar, como forma de salvar vidas e evitar sequelas permanentes, iniciando o treinamento com crianças entre 10 e 12 anos.

O relator, Pedro Chaves (PSC-MS), propôs que a decisão de como ministrar os treinamentos seja dos sistemas de ensino, no lugar da parceria com o corpo de bombeiros, como previa o texto original.

Vai para Câmara avaliação bienal do Plano Nacional de Educação

Foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE) o PLS 746/2015, que obriga o governo a enviar ao Congresso de dois em dois anos um relatório de avaliação do Plano Nacional de Educação (PNE). A proposta vai para a Câmara.

De Cristovam Buarque (PPS-DF), o projeto prevê que esse relatório deverá conter a avaliação da possibilidade de cumprimento das metas previstas no plano, indicando as medidas corretivas necessárias para o seu alcance e a execução física e financeira

dos programas e ações orçamentárias correspondentes às metas estabelecidas pelo PNE.

O texto aprovado, com alterações promovidas pela relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), estabelece que o relatório deverá ser entregue ao Congresso a cada dois anos até 25 de junho e que o Senado e a Câmara deverão promover na primeira quinzena de agosto que se seguir à apresentação do relatório uma audiência pública com o ministro da Educação para discutir os resultados do relatório.

RÁPIDAS

ESCOLA PODE TER QUE EXIBIR RESULTADO DE AVALIAÇÕES

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou ontem, em decisão final, o projeto de lei da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) que obriga instituições de ensino públicas e privadas a exibir, em local visível e de fácil acesso, os resultados obtidos em avaliações educacionais oficiais (PLS 275/2013).

Se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto segue para análise da Câmara dos Deputados.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO DEVE GARANTIR ESTRUTURA MÍNIMA

Escolas deverão comprovar condições mínimas de estrutura e operação antes de receber permissão para funcionar, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação. O texto aprovado é um substitutivo ao PLS 525/2009, de Cristovam Buarque (PPS-DF). O objetivo do projeto é garantir padrão mínimo nacional de qualidade do ensino. As condições adequadas de construção e materiais pedagógicos serão definidas pela União.

PROJETO ESTIMULA CRIAÇÃO DE CENTROS ACADÊMICOS

A CE aprovou o PLS 321/2015, que incentiva a organização de diretórios acadêmicos nas faculdades, dando mais autonomia às entidades. O projeto, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), teve votação final na comissão e deve seguir à Câmara. Pelo texto, o incentivo aos diretórios deve se dar no apoio à constituição, divulgação e realização de eleições pelos estudantes. Também devem ser garantidos espaço físico e mobiliário para funcionamento.

APROVADA CRIAÇÃO DE DIA NACIONAL PARA FIBROMIALGIA

A CE aprovou ontem, em decisão final, o PLS 351/2016, que institui o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento à Fibromialgia. O projeto, de Ana Amélia (PP-RS), segue para a Câmara. A comissão decidiu ainda que fará audiência pública sobre o projeto de lei que antecipa feriados para as segundas-feiras (PLS 389/2016). O colegiado reunirá representantes do comércio para avaliar o impacto econômico da proposta, de Dário Berger (PMDB-SC).

BANCOS PODEM OFERECER CONTRATOS EM BRAILLE

A Comissão de Educação e Cultura aprovou ontem projeto de lei que obriga todas as instituições financeiras a disponibilizarem contratos em braille para clientes com deficiência visual. O PLS 21/2016 segue agora para a Comissão de Direitos Humanos, que terá a palavra final. Caso vire lei, os bancos terão 180 dias para se adaptar à exigência. O projeto é de Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) e a relatora foi Ângela Portela (PDT-RR).

INDICAÇÃO DE NOVO DIRETOR DA ANCINE JÁ TEM RELATÓRIO

Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou ontem à CE o relatório da indicação de Alex Braga Muniz para o cargo de diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Ele foi escolhido para substituir Sérgio Sá Leitão, que assumiu o Ministério da Cultura. O relatório de Raupp se limita a apresentar o currículo de Muniz, sem opinar sobre a indicação. Os membros da comissão terão vista coletiva do texto e a sabatina ainda será agendada.